Faz parte desse esforço exigido pelo mercado e pela regulação a demonstração da capacidade de resistir e se adaptar aos efeitos causados pelo clima às operações

As organizações estão sob pressão crescente não apenas para divulgar riscos relacionados ao clima como também para demonstrar sua capacidade de resistir e se adaptar a eles, de acordo com o estudo “Do risco à resiliência: gerindo riscos climáticos”, produzido pela EY. “A resiliência ao clima deixou de ser opcional e passou a ser obrigatória para proteger a criação de valor da organização a longo prazo e manter sua competitividade no mercado”, diz Ricardo Assumpção, líder de sustentabilidade e CSO (Chief Sustainability Officer) da EY para a América Latina. No Brasil, entrou em vigor neste ano a Resolução CVM 193, que recepcionou as normas IFRS S1 e S2, obrigando que as companhias de capital aberto divulguem o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Na prática, o primeiro reporte será no próximo ano com as informações referentes ao exercício de 2026.

A resiliência climática é a capacidade de uma empresa se antecipar, absorver e se adaptar a choques relacionados ao clima enquanto continua a operar. Isso significa que, entre os principais objetivos, está evitar a interrupção das suas operações. No entanto, ainda segundo o estudo da EY, as organizações não estão conseguindo alcançar esse nível de resiliência nos seus negócios. “Para que sejam bem-sucedidas, elas precisam colocar os riscos climáticos ao lado de outros tipos de riscos. Diferentemente de outros riscos corporativos, os climáticos se aplicam a horizontes temporais mais longos com base em cenários complexos, sendo caracterizados por maior incerteza e pela possibilidade de escalar rapidamente”, observa Assumpção.

Também por esses motivos a resiliência depende de uma visão holística de todos os riscos climáticos relevantes, permitindo assim que as empresas avaliem, priorizem e aloquem recursos de forma eficaz. “Há por fim a realidade predominante de recursos financeiros limitados, forçando as empresas a fazer escolhas difíceis sobre quais riscos e medidas de mitigação devem ser priorizados”, completa o executivo.

Perigo, vulnerabilidade e exposição

Diferentemente dos riscos convencionais, os climáticos, ainda segundo o estudo da EY, devem ser analisados de acordo com três critérios: perigo, vulnerabilidade e exposição. O perigo refere-se ao evento climático a que está sujeita a organização, como seca e inundação (agudo e de curto prazo) ou aumento do nível do mar (crônico e de longo prazo). A vulnerabilidade é a propensão de seres humanos e ativos sofrerem efeitos adversos quando impactados por esses eventos. Por fim, a exposição diz respeito à presença de pessoas, ativos, infraestrutura ou ecossistemas em locais que poderiam ser afetados adversamente por perigos relacionados ao clima.

“Com base nesse trabalho de identificação dos riscos, passamos para a ação, selecionando, priorizando e implementando estratégias de mitigação que transformem a gestão de riscos em resiliência”, explica Assumpção. É justamente a resiliência que demonstrará a capacidade da empresa de resistir e se adaptar aos efeitos causados pelas mudanças climáticas. Essa abordagem é formada por três tipos de ação: evitar o risco climático, reduzi-lo e transformá-lo.

O evitar busca eliminar a exposição a perigos climáticos relevantes, mas envolve custos elevados. O reduzir tem como foco minimizar tanto a exposição quanto a vulnerabilidade por meio de tecnologias adaptativas e planejamento de contingência, oferecendo uma abordagem mais equilibrada e escalável. Por fim, o transformar vai além, com estratégias que incorporam a resiliência nos modelos e processos de negócios, promovendo a adaptabilidade no longo prazo.

Transferência de risco

As empresas têm apostado na transferência de risco por meio da contratação de seguros. “Ao fazer isso, conseguem apenas proteção financeira, não atacando as causas raízes do risco climático”, diz Assumpção. Em certas localidades, aliás, com exposição historicamente alta a eventos climáticos

extremos, a disponibilidade de seguros já é limitada, conforme ressalta o estudo da EY.

“As seguradoras começaram a retirar coberturas de regiões conhecidas por serem vulneráveis a riscos climáticos ou a aumentar os prêmios em resposta à exposição elevada. Essa restrição demonstra a importância de estratégias de mitigação proativas que vão além dos instrumentos financeiros e que estão baseadas no fortalecimento da resiliência climática das organizações”, finaliza Assumpção.

Fonte: Agência EY, em 17.03.2026.